

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 6\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 6\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescido de 20%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	250\$00	150\$00
Para o estrangeiro	450\$00	370\$00
AVULSO: por cada duas páginas	2\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos da verão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 51/76:

Nomeia o camarada Humberto Bettencourt Santos para o desempenho das funções de Director Nacional das Pescas.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA:

Despacho:

Nomeando uma comissão para proceder ao inquérito para avaliar a real situação da Sociedade dos Armadores da Pesca de Lagosta S.A.R.L. (SAPLA).

Despacho:

Determinando que a Sociedade Avícola do Mindelo, Ld.ª (Mindave Ld.ª) fique sob tutela do Estado.

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

Despacho:

Mandando transitar para o quadro do pessoal do Parque Automóvel os elementos que indica.

Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública.

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

Direcção Nacional de Educação.

Ministério de Transportes e Comunicações:

Direcção Nacional de Correios e Telecomunicações.

Ministério das Finanças:

Direcção Nacional de Finanças.

Contas e balancetes diversos

Anúncios judiciais e outros.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 51/76

de 15 de Maio

Tendo em vista o disposto no Decreto-Lei n.º 1/76 de 10 de Janeiro de 1976:

No uso da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É nomeado o camarada Humberto Bettencourt Santos para desempenhar as funções de Director Nacional das Pescas.

Art. 2.º Este Decreto entra imediatamente em vigor, com efeito retroactivo à data de 1 de Abril de 1976.

Pedro Pires — Osvaldo Lopes da Silva — Amaro da Luz.

Promulgado em 11 de Maio de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

— o —

MINISTÉRIO DE ECONOMIA

Despacho

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5-B/75 de 23 de Julho de 1975, nomeio a seguinte comissão para proceder a inquérito com vista a avaliar a real situação da Sociedade dos Amadores

da Pesca da Lagosta S.A.R.L. (SAPLA), situada na Palmeira — Ilha do Sal:

João de Deus Maximiano;
André Andrade;
Belmiro Gil.

Ministério de Economia, 6 de Maio de 1976. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva*.

Despacho

Considerando o estado de abandono em que se encontra a Sociedade Avícola do Mindelo, Ld.ª ((Mindave, Ld.ª);

Considerando que a situação se agravou em consequência da epidemia que se verificou recentemente nas instalações dessa Sociedade.

Considerando a necessidade que a população de S. Vicente tem no que se refere ao fornecimento de carne e ovos;

Enquanto não forem tomadas medidas definitivas, com base em relatório a ser apresentado pela Comissão de Inquérito nomeada por meu despacho de 12 de Janeiro último;

Determino que:

1. O Património da Sociedade Avícola do Mindelo Ld.ª (Mindave, Ld.ª) fica sob tutela do Estado;

2. É criada uma Comissão de Gestão para a administração e exploração do referido património, assim constituída:

Nelson Sousa;
Júlio Smith Carvalho Vera Cruz;
Argentina Barros.

Ministério de Economia, 11 de Maio de 1976. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva*.

—o—

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Serviço Nacional de Viação

Parque Automóvel

Despacho

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto n.º 6/76, de 7 de Janeiro do corrente ano, transitam para o quadro do pessoal do Parque Automóvel, como abaixo se indica, os seguintes funcionários e assalariados:

Nomes	Categorias	Letras do E. F.
João Baptista de Jesus Pereira	3.º oficial	Q
Daniel da Costa Alfama	Mecânico	Q
Edgar Varela da Fonseca	Motorista	T
Manuel Monteiro	Guarda	Z
Francisco Mcreno	Guarda	Z
Maria de Lourdes Andrade (a)	Servente	Z

(a) Com efeitos retroactivos a partir de 1 de Fevereiro de 1976.

Ministério de Transportes e Comunicações, na Praia, 22 de Abril de 1976. — O Ministro, *Herculano Vieira*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública

Dspachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 21 de Janeiro de 1976:

José Rui Viganó Antunes Correia Pinto — nomeado nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, técnico de colocação, provisório, da Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, com efeitos retroactivos a partir de 21 de Janeiro do ano em curso, inclusive.

Tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 26.º, n.º 1, do orçamento do Gabinete do Primeiro Ministro do corrente ano. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 15 de Maio de 1976).

De 23 de Abril de 1976:

Manuel Vieira Lopes — nomeado, interinamente, para prestar serviço como oficial de diligências do Secretariado Administrativo do Conselho do Tarrafal.

A despesa tem cabimento no orçamento privativo do Secretariado Administrativo do Tarrafal. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 19 de Abril de 1976).

Despacho de 4 de Outubro de 1975, do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações, visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 12 de Maio do ano em curso:

Gastão Maria da Cruz Fortes, distribuidor de 2.ª classe do quadro do pessoal de exploração dos Serviços de Correios e Telecomunicações — nomeado, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, definitivamente no referido cargo.

O encargo tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, artigo 1.º, n.º 1, alínea a) da tabela de despesa do orçamento privativo dos Correios e Telecomunicações vigente.

Deliberação da Comissão Administrativa da Brava, de 18 de Julho de 1975, visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 12 de Maio do ano em curso:

Maria Fernanda Garcia Lopes — nomeada, nos termos do art. 27.º do Estatuto do Funcionalismo, auxiliar de secretaria, provisória, da Comissão Administrativa do conselho da Brava, precedendo concurso em que ficou classificada em 1.º lugar, inserto no Suplemento ao *Boletim Oficial* 26/75.

O presente encargo tem cabimento na dotação inscrita no Orçamento do Conselho Deliberativo da Brava.

Despacho do Camarada Ministro da Justiça, de 1 de Abril de 1976, visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 15 de Maio de 1976:

Eugénia Maria Vera-Cruz Barbosa, nomeada nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo, 2.º oficial do Gabinete de Estudos, Legislação e Documentação do Ministério da Justiça, com efeitos retroactivos a partir de 1 de Abril do ano em curso, inclusivé.

Tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º do orçamento do Ministério da Justiça.

Despacho de 17 de Abril de 1976, do Camarada Ministro da Economia, visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 28 do referido mês e ano:

António Pedro Monteiro Pereira — nomeado, nos termos do art. 63.º do Estatuto do Funcionalismo, para, interinamente, desempenhar as funções de Técnico da Empresa Pública de Abastecimentos, com efeitos retroactivos a partir de 16 de Fevereiro último, inclusivé.

O encargo tem cabimento no Orçamento privativo da Empresa Pública de Abastecimentos.

Despacho do Camarada Director Nacional de Saúde por delegação do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 29 de Abril de 1976:

Maria de Lourdes Monteiro Freitas, assistente social interiorina, do Ministério de Saúde e Assuntos Sociais — Direcção Nacional dos Assuntos Sociais — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde Distrital de Sotavento, emitido em sua sessão de 29 de Abril do ano em curso:

«A examinada deve seguir com urgência para o exterior a fim de efectuar exames laboratoriais imprescindíveis ao verdadeiro diagnóstico da doença que actualmente sofre».

Despacho do Camarada Director Regional de Barlavento por delegação do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 26 de Março de 1976:

Vicente Ferreira Dias, funcionário do Serviço Meteorológico Nacional — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde Distrital de Barlavento, emitido em sua sessão de 25 de Março do corrente ano:

«Ao examinado devem ser concedidos mais 60 dias de licença para tratamento, findos os quais deverá voltar de novo a esta Junta».

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que o diploma de provimento da nomeação de José Jorge Lisboa da Costa Santos, Chefe da Secção desta Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, inserto no *Boletim Oficial* n.º 4/76, foi visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 29 de Abril último e tem efeitos retroactivos a partir de 21 de Janeiro do ano em curso, inclusivé.

Tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, art. 26.º, n.º 1, do Orçamento do Gabinete do Primeiro Ministro do corrente ano.

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, na Praia, 15 de Maio de 1976. — O Director Nacional, *João de Deus Maximiano*.

o8o

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS

Direcção Nacional de Educação

Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo

Despachos do camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

De 21 de Abril de 1976:

Concelho de S. Vicente:

Joana da Glória Gomes Silva, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação na Escola Salesiana do Mindelo — exonerada das referidas funções, a partir da data do seu embarque para o exterior.

Maria Adelaide Andrade da Cruz Nascimento, professora de posto escolar, contratada, com colocação no Posto Escolar n.º 51-B do Mindelo — autorizada a prestar serviço na Direcção Nacional de Educação.

De 22;

Maria Auxiliadora Conceição Figueiredo, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 50-B de Chã de Cemitério — exonerada das referidas funções a partir de 23 de Fevereiro, a seu pedido.

Fausa Maria Silva, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 1-B do Monte Sossego e a leccionar na Escola Primária n.º 1-B do Mindelo, por conveniência de serviço — autorizada a frequentar a Escola do Magistério Primário do Mindelo, ao abrigo do art. 90.º do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964.

Concelho da Ribeira Grande:

Eulália Lima Lopes, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 73-B de João Afonso — exonerada das referidas funções, a partir de 1 de Março, a seu pedido.

Concelho do Paúl:

José Alberto Costa, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 78-B de Cabo da Ribeira — exonerado das referidas funções, a partir de 1 de Março, a seu pedido.

Concelho de S. Nicolau:

Avelino Domingos Andrade, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 91-B de Palhal — autorizado a não iniciar funções.

De 3 de Maio de 1976:

Concelho da Fraia:

Emílio Horta de Almeida, monitor escolar, com colocação no Posto Escolar n.º 7, de Cidade Velha — dispensado, a seu pedido, das referidas funções, com efeitos a partir de 30 de Abril último.

Maria Fernandes Soares, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 7, de Cidade Velha.

Concelho de Santa Catarina:

Maria Madalena Fernandes da Veiga, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 150, de Achada Lém — autorizada a não iniciar funções.

Eva Pereira Gomes de Andrade, candidata inscrita — revalidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 150, de Achada Lém.

Concelho de Santa Cruz:

Celestino Ramos Sanches, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 15, de Pedra Badejo e Adjunto do Delegado Escolar do Concelho — exonerado, a seu pedido, dessas funções, com efeitos a partir de 30 de Abril de 1976.

Margarida Gomes Monteiro, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 84, de Cancelo — nomeada Adjunta do Delegado Escolar do Concelho, com efeitos a partir de 1 de Maio de 1976.

Maria Francisca Teresa Monteiro, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 226, de Achada Ponta — transferida, a seu pedido, para o Posto Escolar n.º 15, de Pedra Badejo.

Maria Inês Martins da Conceição, candidata inscrita — readmitida como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 226, de Achada da Ponta.

Despacho do camarada Director Nacional de Educação:
De 29 de Abril de 1976:

Concelho do Sal:

José Spencer dos Santos e Maria Alexandria da Cruz Duarte, monitores escolares, colocados respectivamente no Posto Escolar n.º 42-B do Aeroporto e Escola Primária n.º 7-B de Santa Maria — autorizados a permutar.

Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo, na Praia, 4 de Maio de 1976. — O chefe do Departamento do Pessoal, *Pedro Nascimento Gomes*.

—oço—

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Serviços de Correios e Telecomunicações

COMUNICAÇÃO

Comunica-se, para os devidos efeitos, que faleceu no dia 21 de Abril findo, no Hospital desta cidade, o 3.º oficial do

quadro de exploração destes Serviços, *Eduíno Pereira Rodrigues*, chefe da estação Telegráfica Postal do Tarrafal.

Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, na Praia, 11 de Maio de 1976. — Pelo Director dos Serviços, *Abraão Cubral Semedo Levy*, chefe do 1.º departamento.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Nacional de Finanças

Despacho do Camarada Ministro das Finanças:

De 12 de Maio de 1976:

João Baptista de Jesus Pereira, escriturário de 2.ª classe da Direcção Nacional de Finanças — exonerado a seu pedido, do referido cargo, a partir da data da sua transição como 3.º oficial, para o Parque de Automóvel, adstrito ao Ministério dos Transportes e Comunicações.

Direcção Nacional de Finanças, na Praia, 12 de Maio de 1976. — O Director Nacional, *Eurico Pinto Monteiro*.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção Nacional da Administração Interna

Secretariado Administrativo do Concelho de Santa Catarina

Balancete das receitas cobradas e despesas pagas, por capítulos, mostrando o saldo existente, referido ao 1.º trimestre de 1976

Receitas				Despesas			
Capítulos	Designação	Importâncias		Capítulos	Designação	Importâncias	
		por capítulos	Totais			por capítulos	Totais
	Saldo do ano anterior ...		901 610\$65		ORDINÁRIAS		
	ORDINÁRIAS						
1.º	Imposto, adicionais a impostos, taxas e multas ...	140 179\$80		1.º	Despesas gerais ...	71 446\$40	
2.º	Dotações inscritas em orçamentos ...	—\$		2.º	Despesas com construções e obras novas ...	—\$	
3.º	Percentagens ou participações em receitas ...	—\$		3.º	Despesas com reparação e conservação de construções ...	—\$	
4.º	Rendimentos de serviços ...	67 736\$80		4.º	Despesas com comunicações ...	2 300\$00	
5.º	Rendimentos de bens próprios...	28 646\$50		5.º	Despesas com assistência sanitária ...	25 125\$10	
6.º	Saldos de orçamentos anteriores e rendimentos eventuais ...	23 072\$20	259 635\$30	6.º	Despesas com instrução ...	—\$	
	EXTRAORDINÁRIAS			7.º	Despesas com fomento agrícola e pecuário...	—\$	
	Total ...		1 161 245\$95	8.º	Despesas com serviços e estabelecimentos públicos ou de utilidade pública ...	75 930\$00	
				9.º	Despesas com serviços de polícia.	—\$	
				10.º	Despesas diversas...	5 640\$00	180 441\$50
					EXTRAORDINÁRIAS		
					Soma ...		180 441\$50
					Saldo que transita para o trimestre seguinte ...		980 804\$45
					Total ...		1 161 245\$95

Secretariado Administrativo do Concelho de Santa Catarina, 10 de Abril de 1976. — O tesoureiro, *Daniel Pereira Fernandes*. — O delegado da Administração Interna, *António Pereira Neves*. — O secretário Administrativo, *Agnelo Boaveniura Silva Leite*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

Companhia da Pozolana de Cabo Verde, S. A. R. L.
Capital Social: 15 000 000\$00

Séde: Porto Novo — Ilha de Santo Antão — Cabo Verde

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convoco os Senhores Accionistas a reunirem-se no dia 23 de Março pelas 11,30 horas, nos escritórios da Companhia, na Rua Mousinho da Silveira, n.º 32-6.º andar, em Lisboa, em Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Balanço, Contas e o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1975;
- 2.º — Proceder ao preenchimento dos lugares que se encontram vagos nos corpos sociais.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1976.—O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Fernando Mendes Leal*.

Senhores Accionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar, para Vossa apreciação, o Relatório e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1975.

Anunciámos no Relatório respeitante ao exercício de 1974 que, por força da Lei n.º 13/74, relativa ao Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde, a «Administração Central» da nossa Companhia deveria ser transferida para aquele Estado, até 17 de Junho de 1975.

Aconteceu, no entanto, que os nossos principais accionistas — Empresa de Cimentos de Leiria, Companhia Cimento Tejo e Companhia de Carvões e Cimentos do Cabo Mondego — foram nacionalizadas em Maio do mesmo ano e passas sob tutela do Ministério da Indústria e Tecnologia do Estado Português.

Resultou daí, praticamente, que a nossa Companhia passou a ser controlada pelo Estado Português.

A directiva governamental de que as empresas nestas circunstâncias deveriam ser administradas, enquanto outras disposições não fossem tomadas, de preferência, por membros das comissões administrativas das citadas empresas nacionalizadas, levou a que, no sentido de nos aproximarmos, em termos práticos, da prescrição da Lei n.º 13/74, concedêssemos maiores poderes ao gerente em Porto Novo, mantendo-se a Administração em Lisboa, exercida por membros das Comissões Administrativas das Sociedades Accionistas.

E tal foi inteiramente satisfeito, quando o Sr. Dr. Luíz de Avelaz de Almeida Melo de Castro, por razões particulares, deixou de prestar a sua colaboração na Administração da Companhia, tendo sido chamado a exercer funções de Administrador o Sr. Dr. Armindo Oliveira das Neves.

De novo, tivemos um ano de resultados negativos. As vendas, durante o exercício, limitaram-se a 684 toneladas, consumidas no próprio Estado de Cabo Verde, não se tendo verificado quaisquer exportações.

De facto, o preço extremamente elevado dos fretes marítimos — o frete para Portugal que, em 1974, havia subido, de 261\$50/t para 575\$50/t, sofreu mais um aumento para 597\$35/t — tornou irrealizável qualquer importação; o custo do transporte da pozolana, tal qual, de Cabo Verde para Portugal é mais elevado do que o preço de venda do cimento à porta da fábrica!

Por outro lado, os encargos com o pessoal não puderam deixar de ter uma expressão importante no computo de despesas da Companhia, muito embora continuássemos a dispor de quadro mínimo como núcleo apto à exploração das jazidas de matéria prima, a qualquer momento.

Muito embora o preço do cimento tenha aumentado por todo o Mundo, a verdade é que um material como a pozolana, cujo valor como produto susceptível de entrar na composição de ligantes hidráulicos, se tem vindo valorizando com o encarecimento do combustível, só é susceptível de ser economicamente aceitável, se for utilizado perto do local da extracção.

E o consumo de cimento em Cabo Verde não pode deixar de ser reduzido, circunstância facilmente explicável num ano como o de 1975.

Em consequência, temos a anunciar um resultado negativo, traduzido por um prejuízo de 958 953\$10.

Este prejuízo, acrescido dos resultados verificadas nos anos anteriores, leva a uma situação líquida passiva de 10 906 455\$65.

A previsão de resultados desta natureza e a impossibilidade, nas condições actuais de exploração de alterar significativamente esta situação — o que só o Governo de Cabo Verde poderá eventualmente conseguir — levou as empresas nacionalizadas, possuidoras da maioria do capital, a expor a situação ao respectivo ministério de tutela e a sugerir a cedência das respectivas posições accionistas ao Governo de Cabo Verde.

De tal sugestão, não foi ainda tomada qualquer decisão.

Para terminar, temos a honra de propor:

- 1.º — Que seja aprovado o Balanço e Contas relativos ao ano de 1975, bem como o respectivo Relatório;
- 2.º — Que o saldo negativo do exercício transite para conta nova;
- 3.º — Que seja confirmado no cargo de Administrador o Snr. Dr. Armindo Oliveira Neves.

Ao Conselho Fiscal temos a tesemunhar o nosso reconhecimento pela prestigiosa colaboração que nos prestou durante todo o exercício.

A todo o pessoal queremos agradecer a dedicação posta ao serviço da Companhia, nesta gerência.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1976.—O Conselho de Administração, *José Joaquim Toscano Júnior (Eng.º), Armindo Oliveira das Neves (Dr.)*.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

ACTIVO		PASSIVO	
Realizável:		Exigível:	
Caixa	51 698\$00	Devedores e credores	1 886 805\$22
Devedores e credores	232 981\$40	Fundo de amortização:	
Accções não realizadas... ..	2 730 000\$00	Amortizações do exercício anteriores	1 602 484\$50
Armazém	89 040\$00	Amortizações do exercício	368 887\$60
	3 103 719\$40	Situação líquida activa:	
Imobilizado:		Capital	15 000 000\$00
Terrenos	1 155 125\$87		
Alvará, concessão e obrigatoriedade.	1 900 000\$00		
Equipamento industrial e instalações.	1 766 391\$10		
Móveis e utensílios	26 485\$30		
	4 848 002\$27		
Situação líquida passiva:			
Prejuízos de exercícios anteriores...	9 947 502\$55		
Prejuízo do exercício	958 953\$10		
	10 906 455\$65		
	18 858 177\$32		18 858 177\$32

O Técnico de contas, *Jaime Carreira Vivas*. — O Conselho de Administração, *José Joaquim Toscano Júnior (Eng.º), Armindo Oliveira das Neves (Dr.)*.

DESENVOLVIMENTO DA CONTADE «LUCROS E PERDAS»
EXERCÍCIO DE 1975

ENCARGOS		PROVEITOS	
Saldo anterior	9 947 502\$55	Vendas:	
<i>Compras:</i>		Proveitos da actividade	344 949\$30
Embalagens	84 520\$80	Industrial	
Material, conservação e reparação ...	63 524\$20	<i>Saldo final:</i>	
Combustíveis e lubrificantes	24 246\$40	Prejuizos de exercícios anteriores ...	9 947 502\$55
<i>Custos por natureza:</i>		Prejuízo do exercício	958 953\$10
Encargos de distribuição e vendas ...	40 399\$70		10 906 455\$65
Remunerações e outros encargos c/o pessoal	564 431\$40		
Encargos fiscais e parafiscais	113 714\$10		
Outros gastos de gestão	44 178\$20		
<i>Doações para amortizações:</i>			
	368 887\$60		
	11 251 404\$95		11 251 404\$95

O Técnico de contas, *Jaim^e Carreira Vivas*. — O Conselho de Administração, *José Joaquim Toscano Júnior (Eng.)*, *Armindo Oliveira das Neves (Dr.)*.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, acompanhamos durante o exercício findo a actividade do Conselho de Administração e procedemos regularmente ao exame das contas, sendo-nos grato verificar a boa orientação com que foram geridos os interesses da Companhia.

Nesta conformidade e por ser nosso parecer, temos a honra de propor:

- 1.º — Que seja aprovado o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, relativos ao exercício de 1975;

- 2.º — Que ao saldo do exercício seja dada a aplicação proposta pelo Conselho de Administração;

- 3.º — Que V. Ex.^{as} procedam à eleição para o preenchimento dos lugares que se encontram vagos nos corpos sociais;

- 4.º — Que seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração pela maneira criteriosa com que zelou os interesses da Companhia.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1976. — O Conselho Fiscal, *Luis Borges da Assunção (Dr.)*, *Eurico Silvestre Cavaco*.

(43)